



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E RESULTADOS

ANO BASE 2025

Comissão Permanente de Revisão do Provimento Geral
Consolidado

Porto Velho, RO
Janeiro / 2026

1. FINALIDADE DO COLEGIADO	3
2. CRONOGRAMA DE ATIVIDADES (ANO ANTERIOR - 2025)	3
3. PRINCIPAIS RESULTADOS ALCANÇADOS	3
3.1 Estabilidade Normativa e Consolidação do PGC	3

RELATÓRIO DE RESULTADOS DO COLEGIADO

1. FINALIDADE DO COLEGIADO

Objetivo Institucional: O Comitê Gestor Regional do PJe (CGRPJe) tem como finalidade gerenciar a infraestrutura, configuração e evolução do sistema Processo Judicial Eletrônico no âmbito da 14ª Região. Sua atuação é voltada à padronização de procedimentos, análise de novos módulos e garantia da conformidade do sistema com as diretrizes do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT). O grupo atua diretamente na interface entre as demandas judiciais e as soluções tecnológicas, buscando a eficiência da prestação jurisdicional.

Norma de Criação: Instituído originalmente em observância à Resolução CSJT nº 185/2017 e regido internamente pelas portarias que regulamentam a governança de TI e do PJe no TRT14.

Periodicidade Prevista: Conforme o regimento, o colegiado reúne-se ordinariamente de forma periódica ou extraordinariamente sempre que houver necessidade de deliberação sobre atualizações críticas ou alterações no Provimento Geral Consolidado (PGC).

2. CRONOGRAMA DE ATIVIDADES (ANO ANTERIOR - 2025)

Durante o ano de 2025, o colegiado **não realizou reuniões deliberativas**.

Justificativa: A ausência de reuniões no exercício de 2025 decorre da conclusão de um extenso ciclo de trabalho finalizado em dezembro de 2024. Na referida ocasião, foi publicada a atualização integral do **Provimento Geral Consolidado (PGC)**, que absorveu todas as necessidades normativas e ajustes procedimentais acumulados, estabilizando as rotinas de trabalho para o presente ano e dispensando novas intervenções do comitê até o momento.

3. PRINCIPAIS RESULTADOS ALCANÇADOS

Abaixo, detalham-se as ações coordenadas pelo Comitê, justificadas pela necessidade de otimização de gastos e responsabilidade socioambiental:

3.1 Estabilidade Normativa e Consolidação do PGC

Referência: Consolidação finalizada no encerramento do exercício de 2024 (PROAD 29355/2018 e PJeCor n. 0000034-77.2021.2.00.0514).

Contextualização e Justificativa: A atualização do Provimento Geral Consolidado é essencial para garantir a segurança jurídica e a uniformidade dos procedimentos em todas as Unidades Judiciárias do Tribunal.

Descrição da Atuação: Em razão da robusta revisão normativa promovida no final de 2024, que atualizou o PGC frente às novas funcionalidades do PJe e diretrizes da Corregedoria-Geral, o colegiado cumpriu seu cronograma de metas de médio prazo. Por conseguinte, o ano de 2025 caracteriza-se como um período de observação e maturação das normas implementadas, não havendo a necessidade de novas proposições ou medidas administrativas adicionais neste período.